

Notícias do dia 09 de agosto



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Quinta-Feira, 10 de Agosto de 2023

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 4

TV BRASIL CENTRAL GOIÂNIA - GO - JORNAL BRASIL CENTRAL
TCE - GO

Moradores do Setor Jaó pedem duplicação da rua da Divisa.....3

RÁDIO CBN GOIÂNIA 97.1 FM - GOIÂNIA - GO - CBN GOIÂNIA
TCE - GO

Fórum de Combate à Corrupção em Goiás é relançado.....4

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Deputados aprovam em 1º fase projeto do Governo que altera a LDO.....5

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO

Proposta de alterações na LDO recebe primeiro aval de deputados em Plenário.....7

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Assembleia aprova remanejamento de R\$ 783 milhões na Lei Orçamentária Anual.....8

O POPULAR ONLINE - GO - CIDADES
TCE - GO

TCE aponta piora das rodovias de Goiás.....10

Moradores do Setor Jaó pedem duplicação da rua da Divisa

TAGS: SETOR JAÓ, DUPLICAÇÃO DE VIA, AEROPORTO DE GOIÂNIA, FLUXO DE VEÍCULOS, CONGESTIONAMENTOS, ACIDENTES DE TRÂNSITO, SMM GOIÂNIA, ROTA ALTERNATIVA, PREFEITURA DE GOIÂNIA

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2023/08/09/TVBRASILCENTRALGOINIAGO-11.51.55-11.55.48-1691593621.mp4>

Fórum de Combate à Corrupção em Goiás é relançado

TAGS: FÓRUM PERMANENTE DE COMBATE A CORRUPÇÃO EM **GOIÁS**, RELANÇAMENTO, PARTICIPAÇÃO, **CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**, AÇÕES, **TCE-GO**, SAÚDE, OBRAS INACABADAS

Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/audio/2023/08/10/RDIOCBNGOINIA971FMGOINIAGO-09.34.32-09.38.01-1691659169.mp3>

Deputados aprovam em 1º fase projeto do Governo que altera a LDO

Os deputados estaduais apreciaram e votaram na sessão extraordinária desta quarta-feira, 9, 18 projetos de autoria parlamentar e 4 da Governadoria do Estado. O destaque ficou por conta do projeto do Executivo Estadual, aprovado em primeira votação, que faz alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pela proposta, haverá acréscimo nas despesas com pessoal. A viabilidade jurídica da proposta foram atestadas pela Secretaria da Economia de **Goiás** e Procuradoria Geral do Estado (PGE).

O aval para acréscimo às despesas com pessoal na Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2023 marcou a sessão extraordinária realizada na tarde desta quarta-feira, 9. Além desta matéria, durante a apreciação da Ordem do Dia, foram acolhidos pelos deputados mais três projetos de lei do Poder Executivo e outras 18 proposições parlamentares.

A matéria da Governadoria em destaque consta do processo nº 1356/23 e foi aprovada em primeira votação. Objetiva alterar a Lei nº 21.527, de 26 de julho de 2022, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

O Governo expõe motivos de acréscimo às despesas com pessoal em 2023, apresentando argumentos da Secretaria de Estado da Economia (Economia) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A Secretaria Estadual da Economia afirma que a alteração está em conformidade com as projeções de despesas obrigatórias do Poder Executivo, bem como da Secretaria de Estado da Administração (Sead), e que passará pelo escrutínio do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, conforme a legislação vigente. Portanto, sem impedimento para desabono. Também declara que a alteração proposta para acréscimo das despesas deve estar expressa em concurso com a Lei nº 21.527, de 2022, e dentro dos limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de **Goiás**.

Quanto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), afirma a viabilidade jurídica da proposta pelo Poder Executivo de **Goiás** e ratifica sua competência para a edição da norma, consoante § 1º do art. 169, da Constituição Federal, e § 5º do art. 41, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual.

O Plenário deu o primeiro sinal verde também para a proposição do Poder Executivo protocolada com o nº 1447/23, que altera a Lei nº 11.651, de 1991, sobre o Código Tributário do Estado de **Goiás**.

Também passou pelo primeiro crivo dos deputados o projeto de lei nº 1388/23, que propõe reduzir, no ano de 2023, para 30% (trinta por cento) a base de cálculo do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos -ITCD na transmissão, por doação, de imóveis situados no Polo Empresarial **Goiás**.

A matéria assinada pelo governador Ronaldo Caiado foi avaliada pelo seu relator na Comissão Mista, deputado Veter Martins (Patriota). Trata-se de um projeto importante para Aparecida de **Goiânia** e todos que vivem ali. Com esse benefício, os empresários do Polo **Goiás** poderão regularizar todos os imóveis que estão situados no Polo **Goiás**, bem como ampliar seus investimentos, pontuou.

Ainda, foi acolhida pelo Plenário, em definitivo o projeto de lei do Governo Estadual que busca desconstituir negócio jurídico para adquirir um imóvel por doação do município de Rio Verde.

A iniciativa, protocolada com o nº 1478/23, visa regularizar o terreno onde foram edificados o Centro de Inserção Social (CIS) e a Casa de Prisão Provisória (CPP), da Diretoria-Geral de Administração Penitenciária (DGAP), em Rio Verde.

"A regularização é necessária para que o complexo carcerário possa ser ampliado, com o aumento da quantidade de vagas qualificadas e a efetividade da gestão prisional para segurança, ressocialização e empregabilidade do detento. Isso melhoraria a segurança pública no Estado de **Goiás**", explica o chefe do Executivo em ofício enviado à presidência da **Alego**.

Projetos de lei parlamentares com aval em segundo turno

Processo nº 1232/23 - Deputado Wagner Camargo Neto - Transforma, em Uruana, o Colégio Estadual José Alves Toledo em Colégio Estadual da Polícia Militar do Estado de **Goiás**.

Processo nº 541/23 - Deputado Antônio Gomide - Declara de utilidade pública a Associação Cultural Lua Ala, com sede no município de **Goiânia**.

Processo nº 910/23 - Deputado Dr. George Moraes - Altera a Lei nº 21.238/22 para instituir a Campanha Março Azul-Marinho de prevenção e combate ao câncer colorretal.

Processo nº 1002/23 - Deputado Coronel Adailton - Institui no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de **Goiás** o aniversário da Polícia Militar e o Dia do Bombeiro Brasileiro.

Processo nº 1005/23 - Deputado Cairo Salim - Institui em **Goiás** o Dia da Paz na Escola. A proposta é que o dia passe a constar no Calendário Oficial de Festas e Comemorações do Estado e seja celebrado em 20 de abril.

Projetos de lei parlamentares aprovados em primeira votação

Processo nº 1502/23 - Deputado Paulo Cezar - A matéria altera a Lei nº 16.140/2007, que dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização, regulamentação, fiscalização e o controle dos serviços correspondentes.

Processo nº 1522/23 - Deputado Bruno Peixoto - Inclui no Calendário Cívico, Cultural e Turístico de **Goiás** o Dia do Romeiro de Nossa Senhora do Múquem.

Processo nº 1545/23 - Deputado Bruno Peixoto - Inclui no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de **Goiás** a Festa da Nossa Senhora d Abadia, realizada anualmente, no dia 15 de agosto, na Igrejinha, no Município de Nova Aurora.

Processo nº 1505/232 - Deputados Coronel Adailton e Bruno Peixoto - Estabelece garantias aos agentes públicos do sistema socioeducativo e das guardas civis municipais nos casos de prisão provisória.

Processo nº 1511/23 - Deputado Gugu Nader - Institui em **Goiás** o Dia Estadual do Pequi, a ser celebrado em 23 de outubro, passando a constar no Calendário Cívico, Cultural e Turístico goiano.

Processo nº 1472/23 - Deputado Bruno Peixoto - Concede a Luís Filipe Melo e Faro Ramos o Título de Cidadania Goiana.

Processo nº 1548/23 - Deputado Bruno Peixoto - Inclui no Calendário Cívico Cultural e Turístico de **Goiás** a Expo Rio Verde, realizada naquele município.

Processo nº 1547/23 - Deputado Bruno Peixoto - Confere ao município de Damolândia o título de capital goiana do carro de boi.

Processo nº 1529/23 - Deputado Bruno Peixoto - Inclui no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de **Goiás** a Festa em Louvor ao Senhor Bom Jesus.

Processo nº 1549/23 - Deputado Bruno Peixoto - Inclui o circuito turístico cultural do carro de boi no Calendário Cívico, Cultural e Turístico do Estado de **Goiás**.

Processo nº 1550/23 - Deputado Bruno Peixoto - Dispõe sobre o reconhecimento da festa Totus Tuus como patrimônio cultural e imaterial.

Processo nº 1544/23 - Deputado Henrique César - Institui a Comenda Pastor Albino Gonçalves Boaventura. Votação nominal com 26 votos favoráveis e nenhum contrário.

Processo nº 1546/23 - Deputado Henrique César - Institui a Comenda Bispo Abigail Carlos de Almeida. Votação nominal com 26 votos favoráveis e nenhum contrário.

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site:

<https://portal.al.go.leg.br/noticias/135518/deputados-aprovam-em-1-fase-projeto-do-governo-que-altera-a-ldo>

Proposta de alterações na LDO recebe primeiro aval de deputados em Plenário

Após aprovação na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ) na tarde desta quarta-feira, 9, recebeu o primeiro aval em Plenário o projeto de lei nº 1356/23, oriundo do Executivo estadual e destinado a alterar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei nº 21.527/22), que norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária referente ao exercício de 2023.

O Governo expõe motivos de acréscimo às despesas com pessoal em 2023 apresentando argumentos da Secretaria de Estado da Economia (Economia) e da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

A Economia afirma que a alteração está em conformidade com as projeções de despesas obrigatórias do Poder Executivo, bem como da Secretaria de Estado da Administração (Sead), e que passará pelo escrutínio do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, conforme a legislação vigente. Portanto, sem impedimento para desabono. Também declara que a alteração proposta para acréscimo das despesas deve estar expressa em concurso com a Lei nº 21.527, de 2022 e dentro dos limites do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de **Goiás**.

Quanto à Procuradoria-Geral do Estado (PGE), afirma a viabilidade jurídica da proposta pelo Poder Executivo de **Goiás** e ratifica sua competência para a edição da norma, consoante § 1º do art. 169, da Constituição Federal, e § 5º do art. 41, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição Estadual.

O projeto pode ser lido na íntegra aqui .

Agência Assembleia de Notícias

Compartilhar

Site: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/135517/proposta-de-alteracoes-na-ldo-recebe-primeiro-aval-de-deputados-em-plenario>

Assembleia aprova remanejamento de R\$ 783 milhões na Lei Orçamentária Anual

Deputado estadual Antônio Gomide (PT): mesmo com críticas, opositores presentes na sessão votaram a favor (Fábio Lima / O Popular)

O plenário da Assembleia Legislativa aprovou, na tarde desta quarta-feira (09), o projeto do governo estadual que altera o orçamento deste ano e faz remanejamento de R\$ 783,4 milhões para atender a 16 demandas de diferentes categorias de servidores do estado. A matéria chegou a ter questionamentos da oposição, que buscou a inclusão de outras reivindicações do funcionalismo, mas acabou aprovada em primeira votação por 25 votos a favor e nenhum contra.

O maior montante vai para pagamento de reajuste salarial para professores, por R\$ 319 milhões. Depois vem a data base de 2023, por R\$ 292 milhões, e a nomeação de aprovados no concurso de 2022 da Polícia Militar, ao custo de R\$ 69 milhões. Há ainda revisões gerais para Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), **Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), Defensoria Pública (DPE), Ministério Público Estadual (MPGO) e Secretaria de Educação (Seduc), que somam R\$ 84 milhões (veja quadro ao lado).

A deputada estadual Bia de Lima (PT) travou a votação ainda na última semana com pedido de vistas na Comissão Mista, mas não propôs qualquer emenda à matéria. Já no plenário, Antônio Gomide (PT) apresentou voto em separado, o que forçou a análise do texto na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). O deputado tentou incluir demandas de professores da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG).

Segundo levantamento da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de **Goiás** (ADUEG), há demanda acumulada para a progressão dos profissionais. Apesar da previsão específica no plano de carreira da instituição, há 128 pós-doutores que recebem como doutores, 136 doutores que têm remuneração de mestres e 11 com mestrado que ainda estão registrados como especialistas.

Além disso, o petista cobrou a inclusão de professores da universidade no Regime de Tempo Integral. O Plano de Cargos e Salários prevê que dois terços do quadro de profissionais tenham dedicação exclusiva

em tempo integral, mas apenas 35% têm a "Dedicação à Docência e à Pesquisa". O projeto da governadoria atende 180 professores, mas Gomide pediu a inclusão de todos os 347.

A emenda de Gomide foi negada em relatório do líder do governo, Wilde Cambão (PSD), em rápida apreciação da CCJ. O petista garante manter a pauta no trabalho da Frente Parlamentar em Defesa da UEG.

Planejamento

Apesar de não encontrar votos contrários ao projeto de remanejamento da Lei Orçamentária, a oposição apresentou críticas à suposta falta de planejamento do governo estadual. Para o deputado Major Araújo (PL), a gestão financeira executada pela Secretaria de Economia e pelo governador não tem previsibilidade.

"Demonstra que o governo não é planejado. Falta cuidado e zelo com a gestão, porque todos os anos tem havido esse tipo de remendos no orçamento. Antes essas mudanças eram algo esporádico, mas agora viraram regra", critica o opositor.

"É difícil votar contra, por ter agora um atendimento aos servidores", admite o parlamentar. "Mas, se esses recursos estão vindo para tapar um buraco no planejamento, alguém vai ficar prejudicado, outra área do governo. O ideal é que se fizesse um planejamento já prevendo o aumento de efetivo e essas concessões que foram feitas", avalia. O projeto passou por votação simbólica em plenário, quando os parlamentares precisam se manifestar para registrar voto contra. Os opositores presentes, Gustavo Sebba (PSDB), Gomide e Mauro Rubem (PT), votaram a favor. A segunda e última votação pode ocorrer a partir das 17h nesta quinta-feira (10).

Gomide também sugere que "falta planejamento" à gestão. "Nós temos visto que o governo tem o recurso, mas não temos uma conduta, um caminho. Não temos um planejamento", afirma o parlamentar, ao citar que as previsões deveriam ter sido todas feitas ainda na previsão, em 2022.

Outro lado

A crítica, no entanto, é rebatida pelo presidente da

Casa, Bruno Peixoto (UB). O deputado governista nega a falta de planejamento e argumenta que a atualização do orçamento é necessária depois da definição dos índices para revisões gerais e da data base. "De maneira nenhuma. Nós precisamos ter o planejamento daquele período e a consolidação do índice da inflação", alega o presidente.

Peixoto afirma que não seria possível ter a previsão antecipadamente, "porque pode acabar sendo um benefício ou até um prejuízo aos servidores, se fizermos a votação antes da definição da data base", diz. "Por isso, agora é que são feitas as adequações", finaliza.

Já o líder do governo de Ronaldo Caiado (UB) garante que o projeto aprovado representa a "valorização dos servidores" e que haverá "melhora no atendimento à população". O pessedista ainda busca normalizar as alterações no orçamento e lembra da queda de arrecadação prevista ainda em 2022 com as mudanças no ICMS.

"Até porque no ano passado teve a questão do corte e a perda muito grande que o estado teve com a redução do ICMS. Então, o governo agora está sendo responsável. A partir do momento que se encontra a disponibilidade de caixa para fazer, o governo tem atendido. Tudo é em função dos números da administração, para definir o que se pode avançar", avalia Cambão.

(Arte/O Popular)

Site: <https://opopular.com.br/politica/assembleia-aprova-remanejamento-de-r-783-milh-es-na-lei-orcamentaria-anual-1.3055492>

TCE aponta piora das rodovias de Goiás

Trecho de 56,7 km entre os municípios de Trindade e Palmeiras de **Goiás** na GO-050: **TCE** identificou buracos e falta da capa asfáltica (Diomício Gomes)

Técnicos do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** apontam que seis trechos da malha rodoviária goiana estão com mais de 90% comprometidos, ou seja, quase totalmente esburacados. A situação é pior na GO-108, que liga Mambaí a Sítio D'Abadia, na região Nordeste, em que há buracos em todo o trecho de 45 quilômetros (km). Os dados constam no relatório de Fiscalização das Rodovias Estaduais, realizado anualmente pelo órgão. Ao todo, 112 trechos foram percorridos pelos técnicos, o que somou um total de 6.089 km da malha estadual, ou seja, 50,8% de todas as rodovias pavimentadas.

A GO-070, no trecho que liga Itapirapuã a Matrinchã é listada no relatório também entre as piores, com 98,5% do local com buracos. Ainda estão com mais de 90% comprometidos os trechos das GOs 446 (entre Iaciara e Posse), com 94,5%, 463 (entre a BR-020 e Divinópolis de **Goiás**), com 91,5%, 020 (entre Pires do Rio e a BR-050) com 91,3%, e a 568 (entre Indiara e Palmeiras de **Goiás**), que possui buracos em 90,9%. Essas rodovias fiscalizadas, somadas, possuem 280 quilômetros em que a condição viária é péssima. Há ainda outros três trechos rodoviários estaduais cujos problemas estão em mais de 80%, eles estão nas GOs 236, 302 e 206 (ver mais no quadro na página ao lado).

Segundo o **TCE-GO**, "em 2019, 2020 e 2022 foram realizados trabalhos de fiscalização com objetivo de avaliar, mediante amostragem, as condições de trafegabilidade das rodovias goianas". Todas as ações de fiscalização resultaram em processos internos no órgão e foram publicados no Observatório do Cidadão. A fiscalização realizada pelo tribunal no ano passado, de acordo com o órgão e em razão da situação encontrada, resultou no encaminhamento de diligências aos gestores da **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra).

Houve, no entanto, a necessidade de exame in loco das medidas adotadas pelo governo estadual e, para isso, foi designada nova equipe de fiscalização, que resultou no relatório realizado para 2023. Válido ressaltar que a vistoria nos trechos foi realizada durante o primeiro semestre deste ano. "A fiscalização realizada em 2023 ocorreu dentro do mesmo processo de nº 202200047001676 e teve por objetivo realizar diagnóstico das condições atuais das rodovias

fiscalizadas em 2022, de forma a avaliar o resultado das medidas adotadas pela Goinfra em relação aos trechos fiscalizados em 2022", explica o **TCE-GO**.

Piora

A fiscalização de 2022 foi realizada em 111 trechos rodoviários estaduais, que somavam 6.036 km. Na ocasião, nenhuma **rodovia** tinha mais de 70% de comprometimento. A pior situação era exatamente com a GO-108, entre Mambaí e Sítio D'Abadia, que na ocasião estava com 66,8% do trecho comprometido com buracos na pista, ainda longe dos atuais 100%. Também na fiscalização do ano passado, apenas dez trechos tinham mais da metade da pista com problemas estruturais. Neste ano, os buracos estão em mais de 50% das pistas em 31 dos trechos analisados.

"Restou constatado que, apesar dos contratos de manutenção rodoviária e do esforço empreendido pela Goinfra, boa parte dos trechos fiscalizados ainda apresentam problemas, afetando o nível de segurança das rodovias estaduais", informa o **TCE-GO**. Para os técnicos do tribunal, diversos fatores podem contribuir para essas condições, "como a sobrecarga das rodovias, tempo decorrido desde a construção, eventos climáticos, má manutenção etc.". Para se ter uma ideia, o trecho da GO-070 entre Itapirapuã e Matrinchã, em 2022 estava apenas 1,8% comprometido, bem diferente dos atuais 98,5%.

Outro exemplo é a GO-050, no trecho de 56,7 km entre os municípios de Trindade e Palmeiras de **Goiás**. No ano passado, os fiscais do **TCE-GO** verificaram comprometimento na via em 24,7%. Neste ano, a situação também piorou e os técnicos verificaram a existência de buracos em mais de metade da via, com 53,4%, segundo o relatório divulgado pelo tribunal. A reportagem de O POPULAR esteve no local nesta quarta-feira (9) e verificou a existência de problemas no asfalto e boa parte da **rodovia**, com a falta da capa asfáltica, por exemplo.

Processo

De acordo com o tribunal, o processo relativo à fiscalização de 2023 das condições de trafegabilidade das rodovias estaduais é o mesmo de 2022 (202200047001676), o qual encontra-se em andamento. "No momento, aguarda-se o posicionamento da Goinfra, a qual foi citada nos autos para apresentar medidas em face ao diagnóstico

realizado, com a indicação de prazos em cronograma detalhado para correção dos principais problemas, com atenção especial aos processos erosivos e segmentos com elevada deterioração.", informa.

A Goinfra ressaltou ao POPULAR que "está atuando de forma transparente, estratégica e conjunta com o tribunal em busca de soluções para o aprimoramento da gestão de **obras** públicas". A agência informa que "toda a malha rodoviária de **Goiás** possui cobertura contratual, o que possibilita a realização de manutenções rotineiras, restaurações e **obras** de construção rodoviária, garantindo condições de trafegabilidade em todas as rodovias estaduais". Questionada especificamente sobre a situação atual das rodovias que possuem mais de 90% de comprometimento, a Goinfra não respondeu.

Fiscalização encontra 80 erosões em 36 rodovias

O relatório de Fiscalização das Rodovias estaduais do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** aponta a existência de 80 erosões ao longo de 36 das 112 rodovias verificadas pelos técnicos. A pior situação é na GO-050, entre Chapadão do Céu e a entrada para a BR-364, em que foram encontrados 18 processos erosivos. Na GO-108, entre os municípios de Mambá e Sítio D' Abadia, que é o pior trecho com relação a quantidade de via comprometida pela existência de buracos (leia ao lado), ainda possui seis erosões. A mesma quantidade foi verificada na GO-236, entre Mambá e a entrada para a BR-020.

Neste caso das erosões, no entanto, diferentemente do que ocorre com relação à quantidade de trechos comprometidos com a presença de buracos, a situação verificada em 2023 é melhor do que em 2022 no geral. No ano passado, os técnicos do **TCE-GO** apontaram a existência de 124 erosões em 54 trechos rodoviários do total de 111 que receberam os fiscais do tribunal. Porém, individualmente, as rodovias em situação ruim, tiveram piora.

A GO-050, entre Chapadão do Céu e a entrada para a BR-364, em 2022 tinha um total de nove erosões, ou seja, a metade do que foi verificado neste ano. Já na GO-108, entre Mambá e Sítio D' Abadia, a situação melhorou, visto que no ano passado foram vistas oito erosões e neste ano, seis. No geral, o relatório do **TCE-GO** deste ano, verificou que as 80 erosões representam apenas 2,1% do total de problemas encontrados nos 112 trechos rodoviários estaduais.

O pior problema, com 53,9%, são os buracos, que foram relatados como "panelas", com um total de 2.050 ocorrências. Há ainda 1.667 afundamentos de pista, o que corresponde a 43,9% dos problemas encontrados, além de três deslizamentos de terra. O

TCE-GO reforça que a metodologia utilizada neste ano foi a mesma dos trabalhos anteriores. "O trabalho foi conduzido com observância aos princípios e padrões estabelecidos e em conformidade com as Normas de Auditoria do Setor Público - NBASPs, adotadas pelo **TCE-GO** por meio da Resolução Normativa nº 07/2019."

Site: <https://opopular.com.br/cidades/tce-aponta-piora-das-rodovias-de-goias-1.3055440>